

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL E TURISMO: INTERSEÇÕES POSSÍVEIS

Diomira Maria C. P. Faria¹

RESUMO

O debate sobre o desenvolvimento econômico regional e o turismo possui um ponto em comum: a presença do território como elemento de análise. Em geral, a concentração de empresas turísticas em um território é o resultado da presença de recursos naturais ou culturais, que, uma vez transformados em produtos turísticos, ficam disponíveis para uma prática, uma experiência valorizada socialmente. Pretende-se, neste artigo, entender a relação do desenvolvimento econômico com o turismo, a partir de um olhar sobre o lugar onde se passa a atividade turística. Selecionou-se o arcabouço teórico do desenvolvimento regional e urbano e apresenta-se um estudo de caso. De uma perspectiva econômica, os mais beneficiados por um processo de crescimento turístico em municípios economicamente frágeis são as grandes cidades que possuem uma estrutura econômica diversificada e serviços diferenciados. São os lugares centrais fazendo “sombra” em sua periferia.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Regional. Turismo. Território. Cidades. Lugar Central.

ABSTRACT

The debate on regional economic development and tourism share the presence of the territory as an element of analysis. In general, the concentration of tourist companies in one place is the result of the presence of natural or cultural resources, which, once transformed into tourist products, are available for consumption and a socially valued experience. This article aims to understand the relationship between economic development and tourism, focusing on the place where the tourist activity takes place. For this purpose, the theoretical framework for regional and urban development was selected and a case study is presented. From an economic perspective, the most benefited by a tourist growth process in

1 Doutora em Economia pelo Cedeplar/UFMG e pela Universidade de Alicante. Professora do curso de Turismo do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

economically fragile municipalities are the large cities that have a diversified economic structure and differentiated services. It is the central place producing “shadows” on its surroundings.

KEYWORDS: Regional Development. Tourism. Territory. Cities. Central Place.

INTRODUÇÃO

O debate sobre o desenvolvimento econômico e o turismo tem um paralelo com os campos de estudo da ecologia e da economia ambiental pois são multidisciplinares, inovam nos métodos de análise dos fenômenos, em geral oferecem respostas parciais as perguntas, mas ao mesmo tempo produzem excitantes ideias e sugestões sobre temas universais da atualidade (TISDELL, 2001). Além destes aspectos, há um ponto em comum entre estas áreas do conhecimento que pretendo ressaltar neste texto que é a presença do território como elemento de análise, ou seja, incorporar o território como variável ou fator a ser considerado nos estudos e pesquisas que versam sobre o desenvolvimento econômico e o fenômeno do turismo, visando desvendar alguns segredos, desmistificar outros e ampliar o olhar.

López Palomeque (2003) descreve o turismo como um fenômeno social de natureza espacial. Embora sínteses possam ser armadilhas da razão (LEFEBVRE, 1969), a união das dimensões social e espacial será um bom começo para investigar o fenômeno turístico. Em geral, a concentração de empresas turísticas em um território é o resultado da presença de recursos naturais ou culturais, que uma vez transformados em produtos turísticos, ficam disponíveis para uma prática, um uso, uma experiência valorizada socialmente. Quais são as contribuições das teorias econômicas contemporâneas para explicar fenômenos no espaço, especificamente fenômenos turísticos e sua capacidade de gerar desenvolvimento? Antes de começar a responder, há que esclarecer o que se entende por desenvolvimento.

O que é desenvolvimento, desenvolver? Intuitivamente pensa-se em um processo, uma sucessão de etapas que traz como consequência uma mudança. O desenvolvimento é uma condição de evolução que sempre apresenta uma conotação positiva, passando de uma situação para outra, sendo a última melhor que a anterior. Interessante observar que também pode ser considerado como o objetivo de um processo, por exemplo, quando se diz que uma sociedade alcançou o desenvolvimento. Desta forma, o termo carrega uma ambiguidade pois ao mesmo tempo que é considerado um processo pode ser também o objetivo deste processo (SHARPLEY, 2000).

Incorporando a dimensão econômica de análise, o termo desenvolvimento econômico representa um processo evolutivo da economia de um país ou de uma região específica.

Recorrendo a conceitos, Furtado (1984) considera que o desenvolvimento é a satisfação crescente das necessidades básicas de uma população e a redução das desigualdades sociais, enquanto Amartya Sen (2000) pondera que desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Thomas (2000) procedeu a uma análise do conceito desde o final da II Guerra Mundial ao início do século XXI e o define como um processo que ocorre em todos os níveis em qualquer lugar, do local ao global, com foco mais na solução de problemas que em expressivas transformações sociais.

Verifica-se que, em um período de setenta anos, desde a II Guerra até hoje, vários autores se apresentaram tentando explicar o processo de desenvolvimento econômico de diferentes sociedades utilizando-se de diversos arcabouços teóricos, entre eles as correntes de pensamento da modernização, dependência, neoliberal e abordagens alternativas ao modelo neoliberal (FARIA, 2017). Em uma primeira síntese pode-se considerar que o conceito de desenvolvimento evolui de um processo destinado a alcançar o crescimento econômico de nações para uma ação rumo ao desenvolvimento humano, onde as pessoas tornam-se o foco das pesquisas e a ideia de autonomia, em particular, o objetivo fundamental do desenvolvimento, como um processo para expandir as oportunidades individuais.

Pretende-se, neste artigo, analisar a relação do desenvolvimento econômico com o turismo, a partir do olhar sobre o território onde se realiza a atividade turística. Os conceitos e argumentos utilizados assentam-se sobre a teoria do desenvolvimento regional e urbano e apresenta-se, ao final, um estudo de caso.

TURISMO E TERRITÓRIO

A viagem turística tornou-se uma necessidade na porção ocidental do planeta, alicerçada na valorização social dos elementos geofísicos (principalmente recursos naturais) e culturais, na idealização dos modos de vida e na adoção de formas de comportamento estabelecidos como símbolos de status (LÓPEZ PALOMEQUE, 2003). O desejo pelo turismo e, em termos gerais, o desejo de ter acesso ao lazer e cultura são os frutos da produção e consumo de massa. Segundo Boyer (2003), a revolução industrial e a revolução turística são contemporâneas, portanto o turismo é um produto da evolução sociocultural.

A natureza espacial do turismo é percebida através da sua dimensão territorial, dado que a produção e o consumo do produto turístico têm lugar em um espaço determinado, o destino, diferente do local de residência do viajante. Isso significa que o turista tem que se locomover de onde mora para o local onde realizará a experiência turística e permanece neste por um período de tempo. Esta característica intrínseca ao turismo, que é o deslocamento no espaço, faz com que seja “uma das práticas mais genuinamente territoriais, em comparação com outras” (LÓPEZ PALOMEQUE, 2003, p.5).

Isso leva à importância do local onde se realiza a experiência turística, ou seja, o destino, como um elemento participante da oferta turística e, ao mesmo tempo, como a área geográfica em que ocorre a conjugação entre a oferta e a demanda. O destino é uma área com determinadas características e recursos, com uma herança sociocultural e que pode ter valor para a prática do turismo. Assim, é através das características do território que se deverá definir as condições para o desenvolvimento turístico (VERA; MARCHENA, 1996). Do ponto de vista da ecologia, território é um espaço geográfico que possui recursos ou matérias-primas utilizadas para a produção de um bem ou serviço, como também o lugar onde se joga os rejeitos e os resíduos oriundos da produção e do consumo (CONSTANZA, 1991). A relevância da dimensão territorial do turismo é clara uma vez que é no destino, que pode ser considerado como sinônimo de território, onde se produz, consome-se e, normalmente, se descartam os resíduos da experiência turística.

Pode-se definir território como uma “teia de interesses de uma comunidade territorial, o que permite percebê-lo como um agente de desenvolvimento local, sempre interessado em manter e defender a integridade e os interesses territoriais nos processos de desenvolvimento e mudança estrutural” (VÁSQUEZ BARQUERO, 1999, p.41). O desenvolvimento de produtos turísticos repousa sobre um território que longe de ser apenas um suporte, interage com as atividades existentes, contribuindo com o decorrer do tempo para o seu sucesso ou fracasso. O território é um agente de transformação, dado que as empresas e demais atores regionais interagem entre si organizando-se para desenvolver a economia e a sociedade (VÁSQUEZ BARQUERO, 1999). Um território ou região deixa de ser simples produto das relações sociais de produção, transformando-se em “agente” e “sujeito” de seu próprio desenvolvimento, endógeno, inserido no mundo internacionalizado (TEBCHIRANI, 2001).

Ao reconhecer a dimensão territorial do turismo, é possível entender melhor a influência e o alcance que a dimensão econômica do fenômeno tem e o seu papel como um fator dos processos de desenvolvimento local e regional. As experiências de desenvolvimento local nos destinos que têm o mesmo

produto (sol e praia, por exemplo) são muito diferentes, sendo que a origem dessas singularidades e diferenças está na forma de interação dos recursos humanos, econômicos, institucionais e culturais do território (FARIA, 2017).

O papel dado ao território ampara o paradigma do desenvolvimento local que deve propor diretrizes para a diversificação e o enriquecimento das atividades de um dado território baseando-se na mobilização de seus recursos, sejam naturais, humanos e econômicos, e de caráter sócio-político, em oposição a um poder central, visando criar polos de desenvolvimento (TEBCHIRANI, 2001).

A partir de determinada escala, o movimento constante de pessoas em direção a um destino turístico gera uma concentração espacial de empresas que buscam oferecer serviços e entretenimento aos viajantes. Este é o caso das empresas dos setores de hotelaria, restaurantes, agências de viagens, aluguel de automóveis, equipamentos culturais e de entretenimento, artesanato, entre outros. Isso porque o turismo é um tipo de demanda que afeta diversos setores produtivos (HIDALGO, 1996).

De acordo com Martínez Alier (1999), o meio ambiente é um provedor de recursos e serviços naturais insubstituíveis, que são fornecidos para a produção e para a própria vida, mas também como fonte de valores recreativos. Para Furió (1996), o meio ambiente é fundamental no caso do turismo e se pode identificar no produto turístico um conjunto de bens ambientais ou procedentes da natureza. São bens ambientais fixados em um espaço físico, em um território específico. Por isto se considera o turismo como uma atividade de consumo *in situ*, atividades vinculadas ao lugar.

Para desfrutar dos bens naturais ou culturais as pessoas se movem no espaço e se concentram em um território, que embora seja o suporte das atividades turísticas pode ser também a própria motivação da viagem. No contexto do turismo, o território se impõe como um elemento de pesquisa e por isto se deve buscar contribuições teóricas de diferentes áreas do conhecimento, com ênfase especial sobre a economia, que incorporem o território em suas abordagens.

TEORIAS CONTEMPORÂNEAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

A teoria do desenvolvimento regional tem como foco de análise o comportamento das empresas no território, sua concentração e dispersão no espaço. Por sua vez, a teoria do desenvolvimento urbano procura descrever e compreender as mudanças sociais que ocorrem em um dado espaço, as cidades e seu entorno.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Iniciando com a teoria do desenvolvimento regional, duas vertentes serão contempladas neste texto, denominadas de ortodoxa e heterodoxa.

A contribuição contemporânea à corrente ortodoxa vem da nova geografia econômica, o modelo centro-periferia de Krugman (1991), assim chamado porque constrói um modelo que considera um centro industrial rico frente a uma periferia agrícola e pobre. A aglomeração de empresas no espaço surge da interação de três elementos: i) economias de escala; ii) custos de transporte e iii) mobilidade do fator trabalho. Os retornos crescentes de escala têm sua gênese no processo cumulativo circular que depende das condições iniciais (FUJITA et al, 2002; KRUGMAN, 1991).

Entenda-se processo cumulativo circular como uma sucessão de etapas que se retroalimentam positiva ou negativamente. Ao se iniciar um processo de industrialização em um local específico, ocorrerá um encadeamento de uma série de efeitos que se repercutem de modo favorável sobre o potencial competitivo deste lugar ou região. Se este lugar possuir recursos favoráveis (infraestrutura, recursos humanos, capital, etc.) para se aproveitar deste processo, haverá um processo cumulativo favorável ao seu desenvolvimento. Por outro lado, se o local ou a região for carente de recursos, o excedente gerado pela industrialização irá se deslocar para outras regiões. As regiões mais ricas, centrais, exercem um efeito polarizador, também denominado efeito sombra, sobre as regiões mais pobres, periféricas, decorrentes do incremento da remuneração dos fatores de produção (trabalho e capital) de suas próprias regiões, que não são compensados pelo movimento de capitais destas para as regiões periféricas (MYRDAL, 1965).

Os efeitos circulares cumulativos contribuem na compreensão dos desequilíbrios entre regiões, pois nas regiões ricas ou centrais os efeitos encadeados são favoráveis, construindo uma espiral positiva de efeitos, enquanto nas regiões periféricas, devido a carência de recursos há uma tendência a saída do excedente para outras regiões, gerando uma espiral descendente, ou seja, o caráter cumulativo da repulsão ou refluxo. Myrdal (1965) argumenta que o jogo de forças no mercado normalmente tende a aumentar, e não diminuir, as desigualdades entre as regiões.

Para essa corrente de pensamento, o território é concebido como um espaço abstrato e homogêneo, em uma condição inicial que devido a uma mudança externa, denominada de “choque externo”, altera a sua simetria em relação a outros territórios.

O modelo teórico representa uma economia com dois setores, um

agrícola e outro industrial, sendo o primeiro o setor considerado como mais atrasado economicamente, caracterizado como de concorrência perfeita com rendimentos constantes e que produz um único bem homogêneo, enquanto o setor industrial é considerado como moderno, caracterizado como de concorrência monopolística, produzindo uma variedade de bens diferenciados com retornos crescentes. Cada atividade de consumo e produção ocorre em um local específico, a região, sendo neste caso duas regiões.

O processo cumulativo circular consiste no resultado de dois efeitos sobre a dinâmica econômica, que são: i) o efeito do índice de preços e ii) o efeito do tamanho do mercado doméstico. É possível conhecer os modelos que explicam os índices de preços das duas regiões a partir da função de produção da firma em cada região, ou seja, dos custos envolvidos na produção de bens e serviços de cada região. Os índices de preços são decrescentes com relação ao número de empresas existentes na região e crescentes com relação aos custos de transporte. As economias de escala de uma região dependem do número de empresas locais existentes e os benefícios financeiros para os consumidores das duas regiões dependem de economias de escala nas duas regiões, que por sua vez dependem do número de empresas. Isto significa que quanto maior é o tamanho do mercado interno menor é o índice de preços local, pois o mesmo diminui os custos de produção. Por sua vez, os custos de transporte mais altos significam maiores distâncias a serem percorridas entre lugares de produção e consumo, o que eleva o índice de preços.

O efeito do tamanho do mercado doméstico mostra que uma localidade com maior mercado interno tem um setor industrial mais que proporcional, possibilitando que a região seja uma base exportadora de produtos manufaturados. Isto se entende intuitivamente, uma vez que a preferência dos consumidores por variedades de bens e serviços incentiva a produção local, que aumenta o número de empresas, o que leva a uma redução do índice de preços da indústria local.

Esses dois efeitos fazem o processo cumulativo circular entre oferta e demanda agregada de uma economia local. Esse processo vem de economias de escala internas às empresas que geram externalidades positivas na localidade, ou seja, benefícios internos para a região.

A nova geografia econômica utiliza o conceito de processo cumulativo circular de Myrdal (1965), da corrente heterodoxa, que em seus estudos sobre as condições de vida dos negros norte-americanos observou que as suas precárias condições de vida e o preconceito dos brancos se retroalimentam em um processo circular cumulativo negativo para os negros. É necessário um “choque externo” para alterar o processo circular e as alterações

correspondentes se distribuírem de forma diferente ao longo do tempo.

Pelo lado do pensamento heterodoxo, a aglomeração se deve à interação de três elementos básicos, que são: organização, território e tecnologia, além da interdependência entre setores e empresas e também dos acordos que coordenam as ações dos atores devido as condições de incerteza do sistema capitalista (denominados de ativos relacionais). Para esta corrente do pensamento, o espaço é uma construção social que tem uma herança sociocultural que influencia a economia (MYRDAL, 1965; SCOTT, 2000; STORPER, 1997).

Para os autores da corrente heterodoxa, a preocupação é compreender porque algumas regiões são mais bem sucedidas economicamente que outras, e, embora não expliquem totalmente essa diferença, a teoria oferece possibilidades de compreender o fenômeno da aglomeração, ajudando na reflexão e nas respostas.

De acordo com essa corrente de pensamento, a análise regional deve deixar a teoria neoclássica do equilíbrio estático e expectativas racionais, pois em um contexto racional processos baseados na inovação (schumpeterianos), por exemplo, não ocorreriam (PERRIN, 1993 apud STORPER, 1997). Para Storper (1997), a economia regional heterodoxa, como a economia em geral, tem o foco no sistema econômico, no fluxo de insumos e produtos, mas permite a contribuição de outras abordagens, como a economia das relações, o processo econômico derivado das coordenações, sendo os elementos deste processo não fatores, mas atores humanos reflexivos. O *status* de uma região ou território muda de um local de externalidades pecuniárias para, em um território de sucesso, uma área com grandes estoques de ativos relacionais. Devemos esclarecer que processo econômico derivado de coordenações, de acordo com Abramo (2007), é a introdução dos aspectos subjetivos de ordem espacial, ou seja, os ruídos urbanos, as suspeitas, as dúvidas, o medo, as oportunidades, nas diretrizes de tomada de decisão mercantil.

Vale ressaltar, que a passagem do crescimento econômico ao desenvolvimento requer uma capacidade de organização social, um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais endógenos à região que permitam internalizar o crescimento e aumentar a autonomia regional de decisão, possibilitando reter e reinvestir o excedente, criando condições para inclusão social, reduzindo o “vazamento” de recursos do território para outras regiões (FARIA, 2017; RAMIRO, 2009; TEBCHIRANI, 2001).

DESENVOLVIMENTO URBANO

Passemos a assinalar as contribuições das teorias urbanas, a começar com a teoria do lugar central, desenvolvida pelo geógrafo Walter Christaller (PARR, 2002) e a teoria do crescimento urbano, desenvolvido pela jornalista Jane Jacobs (1975).

A teoria do lugar central de Christaller, de acordo com Parr (2002), mostra a importância relativa de um lugar com relação ao seu entorno ou vizinhança. O lugar central é aquele que oferece bens e serviços “centrais” de diferentes níveis, desde o mais especializado para o mais básico, sendo que os mais especializados são necessariamente ofertados em poucos locais centrais, mas são consumidos em muitos locais dispersos. Assim, Christaller propõe uma hierarquia dos centros urbanos ou das cidades.

Jacobs, por sua vez, defende a ideia de que a cidade cresce por um processo de diversificação e diferenciação gradual de sua economia, partindo de seu trabalho de exportação inicial e dos fornecedores de tal trabalho. Para ela, quanto mais empresas locais existirem em uma cidade, maiores serão as oportunidades para novas exportações. E quanto mais diversificada a economia local, maior o número de produtos para exportação. De acordo com a autora: “A economia que não incorpora novos tipos de produtos e serviços e só continua realizando o antigo trabalho não se amplia nem, por definição, evolui” (JACOBS, 1975, p.59).

Verifica-se no pensamento de Jacobs a relevância da inovação para o crescimento econômico e que a lógica da adição de novos trabalhos a partir de antigos não é a lógica da demanda e sim da oferta. Para a autora, o processo de substituição de bens importados e a importação de novos bens é, provavelmente, o meio mais importante de ampliação da vida econômica e de aumento do volume total de bens e serviços das economias nacionais. Uma cidade começa a produzir peças de bens importados e com o tempo torna-se capaz de substituir muitos deles. Substituindo-os, torna-se capaz de gerar mais exportações. Adquire outros bens importados, começa a fabricá-los internamente, sendo capaz de substituí-los e assim sucessivamente.

Tanto a teoria do lugar central de Christaller, como a teoria do crescimento das cidades de Jacobs, surpreendem até hoje pela capacidade de adequação dos argumentos ao comportamento do sistema urbano atual, ou seja, estão próximas da realidade, apesar de que os dois não desenvolveram suas abordagens a partir dos conceitos da teoria econômica. Um ponto comum entre eles é a necessidade de uma população mínima, uma escala mínima para gerar uma dinâmica de crescimento econômico.

Quando se trata de teorias urbanas há que mencionar Edward Soja. No livro *Postmetropolis*, Soja (2000) apresenta vários discursos contemporâneos que ajudam a perceber as dinâmicas e formas espaciais do mundo denominado pós-moderno (FARIA, 2016). Uma dessas formas é a cidade-simulacro, um termo que aponta para algo crítico e novo no processo cultural global: a imaginação como uma prática social. Ouriques (2005) faz uma análise da simulação e do turismo, onde a cidade se transforma em imagem, consumida em sua totalidade como “um teatro da vida real”. A vida social torna-se totalmente espetacular. Outra contribuição deste autor explica a expansão dos grandes centros urbanos através de uma dinâmica de explosão e de implosão. As grandes cidades em sua explosão lançam ao seu redor sementes de um estilo de vida urbano que mantém com a metrópole uma conexão, gerando fluxos cotidianos de deslocamentos. Estes fluxos formam os tentáculos de integração dos grandes centros à sua área de influência. Por sua vez, os centros urbanos atraem mais e mais atividades que se condensam em seu próprio território.

Como pode ser visto, enquanto as abordagens da corrente ortodoxa se utilizam de pressupostos neoclássicos, incorporando alguns aspectos de teóricos da corrente heterodoxa, esta última introduz contribuições de outras áreas do conhecimento, como a economia política, a sociologia, a ecologia, a geografia, a filosofia, entre outras, o que torna a análise mais complexa embora mais interessante e holística.

MÉTODOS DE ANÁLISE

A partir do corpo teórico apresentado, desenvolveram-se métodos e técnicas de análise regional e urbana e Simões (2005) apresenta as principais técnicas utilizadas, nos últimos cinquenta anos, incluindo para cada uma delas as principais propriedades e aplicações, os limites e potencialidades. Existem três blocos principais de pesquisa: i) métodos e técnicas tradicionais de análise regional e urbana; ii) métodos multivariados e iii) desenvolvimentos recentes.

A aplicação mais frequente para conhecer a dimensão e o impacto da atividade turística em territórios é utilizar, dentro do bloco de métodos tradicionais, modelos de insumo-produto (FLETCHER, 1989) e, dentro do bloco de desenvolvimentos recentes, modelos de equilíbrio geral computável – EGC (HADDAD; HEWINGS, 2005). Diferentes pesquisadores e instituições no Brasil publicaram estudos sobre multiplicadores, indicadores e impactos derivados da atividade turística em determinados territórios. Vale destacar a pesquisa de Casimiro (2002) que se configura como

seminal para se mensurar o impacto do turismo no Brasil, utilizando a matriz de insumo-produto. Multiplicadores setoriais para medir o impacto dos investimentos turísticos em um território específico, a região de Porto Seguro - Bahia, foi utilizada por Faria (2005) e Souza, Guilhoto e Silveira Neto (2015) desenvolveram um estudo para a região Nordeste do Brasil, também utilizando a matriz de insumo-produto, visando quantificar e elencar medidas e impactos no turismo da região.

Quanto ao método de equilíbrio geral computável, seu emprego por pesquisadores brasileiros vem evoluindo nos últimos anos. Vale mencionar os estudos desenvolvidos por Haddad (2010) e Domingues et. al (2009), sendo que o primeiro estimou os impactos econômicos do Programa de Desenvolvimento Econômico do Turismo (Prodetur) no Rio de Janeiro enquanto o segundo buscava medir os impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Minas Gerais. Faria (2017) realizou um estudo sobre os impactos econômicos do turismo cultural derivado da implantação de um museu e selecionou-se este último como exemplo da aplicação de métodos da economia regional na análise do fenômeno turístico.

UMA APLICAÇÃO

O estudo sobre o Instituto Inhotim, um museu de arte contemporânea e jardim botânico, teve como objetivo conhecer o impacto econômico local e regional derivado do turismo cultural, especificamente da implantação de um museu na pequena cidade de Brumadinho, no interior do estado de Minas Gerais - Brasil, com uma população em torno de 35 mil habitantes, onde um museu se torna um atrativo turístico recebendo anualmente cerca de 350 mil visitantes². As análises e resultados aqui apresentados se fundamentam em uma pesquisa realizada para uma tese de doutorado (FARIA, 2017), cuja metodologia foi do tipo quantitativo e qualitativo, com coleta de dados primários com visitantes do museu (393 entrevistas) e residentes (847 entrevistas) e a utilização de um modelo de equilíbrio geral computável. O estudo pretendeu também preencher a lacuna existente de estudos de impactos econômicos derivados do turismo em pequenas cidades utilizando ferramentas de análise derivadas da corrente ortodoxa, no presente caso, modelos de equilíbrio geral computável.

O Instituto Inhotim localiza-se no município de Brumadinho, a 70 km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Um município especializado na extração de minério de ferro, passa a contar com um museu

2 Informação disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/02/06/interna_gerais,1028359/instituto-inhotim-reabre-neste-sabado-com-entrada-gratuita.shtml. Acesso em 03 jun. 2019.

com um acervo de arte contemporânea capaz de movimentar um turismo cultural expressivo. Diante desta transformação buscou-se determinar o impacto econômico da atividade turística no território e o arcabouço teórico e as ferramentas de análise da economia regional e urbano se mostraram adequadas para fornecer as respostas as indagações formuladas.

O modelo de equilíbrio geral, utilizado no estudo de caso, denominado IMAGEM-B (Integrated Multi-Regional Applied General Equilibrium Model for Brazil) foi desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional-CEDEPLAR/UFMG³. Pode-se interpretar uma simulação com um modelo de equilíbrio geral da seguinte forma: parte-se de um equilíbrio inicial da economia (*benchmarking*) e se alcança outro equilíbrio após uma perturbação exógena. Essa perturbação é denominada choque. Os resultados da simulação se baseiam em comparações das situações antes e depois do choque, em relação a uma situação futura onde este choque não ocorreria. A construção dos choques se deu a partir das informações sobre o gasto do visitante e o aumento do estoque de capital durante o funcionamento do museu, denominada de fase de longo prazo. A partir do volume de gastos dos visitantes, os setores econômicos relacionados à atividade turística se sentem estimulados a ampliarem seu estoque de capital (investimentos em hotelaria, restaurantes, agências de viagens, etc.), interessados nos rendimentos esperados pelo incremento da atividade. O choque foi realizado a partir do incremento na receita turística derivada dos gastos dos visitantes e do aumento no estoque de capital, simultaneamente.

A seguir, serão analisadas as mudanças ocorridas no produto interno bruto – PIB e no nível de emprego, para os cenários 1 (quando Inhotim recebia 170 mil visitantes ao ano) e cenário 2 - hipotético (quando Inhotim receber anualmente 400.000 visitantes), a partir dos choques realizados, considerando as seguintes escalas: estadual (Minas Gerais), regional (Belo Horizonte) e local (Brumadinho). O Quadro 1 apresenta os resultados obtidos.

3 Especificações sobre o modelo encontram-se no Anexo, ao final do texto.

Quadro 1 - Impacto Econômico: Minas gerais, Belo Horizonte e Brumadinho (variação%)

Variáveis	Minas Gerais	Belo Horizonte	Brumadinho
Cenário 1			
PIB real	0,0189	0,0747	0,0630
Emprego	0,0265	0,1007	0,1555
Cenário 2			
PIB real	0,0617	0,2436	0,2055
Emprego	0,0865	0,3281	0,5067

Fonte: Faria (2017)

A análise dos resultados do impacto sobre o Produto Interno Bruto sinalizou que o maior impacto sobre o PIB ocorreu em Belo Horizonte, 0,074%, em comparação com 0,063% em Brumadinho. Essa diferença se torna mais significativa ao considerar a magnitude do PIB de Belo Horizonte e Brumadinho, ou seja, R\$ 42 bilhões e R\$ 835 milhões, respectivamente, no ano de 2008, ou seja, o PIB de Belo Horizonte era 50 vezes maior que o de Brumadinho, revelando o impacto das ações de Inhotim sobre a metrópole regional.

Para uma melhor compreensão dos resultados, estimou-se um indicador síntese que demonstra o impacto do funcionamento do Museu na economia de Minas Gerais, denominado efeito gerador de longo prazo. O indicador foi calculado como a razão entre a variação do PIB real de Minas Gerais (0,0189%) e o valor da receita gerada pelo turismo como percentagem do PIB (equivalente a 0,0055% do PIB de Minas Gerais). O efeito gerador de longo prazo do aumento de uma unidade monetária no gasto turístico, em conjunto com uma ampliação no estoque de capital (investimentos em hotelaria, restaurantes, etc.), sinalizou para um aumento no PIB do estado de Minas Gerais de 3,45 unidades monetárias, ou seja, R\$ 1,00 decorrente do gasto dos turistas e do aumento no estoque de capital repercute em toda a cadeia econômica em R\$ 3,45. Ao decompor este resultado ao nível municipal, o município de Belo Horizonte reteve 59% do efeito gerador e Brumadinho 1%, enquanto os outros 40% repercutiram sobre o restante de Minas Gerais, por meio de vazamentos para outros municípios.

Observar que o efeito gerador de longo prazo sinalizou um resultado positivo para o PIB mineiro, entretanto, no território onde o equipamento cultural está instalado, Brumadinho, permaneceu uma pequena porção do impacto gerado, demonstrando a pouca capacidade que a estrutura

econômica local tem para reter a receita derivada do turismo cultural.

Ao focar nos empregos gerados, o resultado do modelo para Minas Gerais foi um impacto de 0,026% e a divisão entre os municípios apontou que Brumadinho foi o mais beneficiado, em termos relativos, apresentando um aumento de 0,15% em comparação a Belo Horizonte, 0,10%, de acordo com o Quadro 1 apresentado anteriormente. De acordo com Domingues et al. (2010, p.14):

as taxas de variação do emprego resultantes se referem ao fator trabalho e não ao número de pessoas empregadas. Ambos podem ser associados presumindo que as alterações de uso do fator trabalho representam um número igual de novos trabalhadores e os atualmente empregados não aumentam o número de horas trabalhadas.

Nesse sentido, ao adotar o número de empregos existentes em um ano determinado, pode-se estimar o número de empregos gerados nas localidades de interesse por causa de um projeto. Dessa forma, foi calculado o impacto sobre o número de postos de trabalho em Minas Gerais e a desagregação entre Belo Horizonte e Brumadinho, adotando, como data de referência, o ano de 2008. Os resultados estão descritos no quadro abaixo.

QUADRO 2: Unidades de empregos gerados

Visitantes ano /local	Minas Gerais	Belo Horizonte	Brumadinho
170 mil - Cenário 1	1.111	1.274	491 ⁴
400 mil - Cenário 2	3.619	4.152	882 ⁵

Fonte: Faria (2017)

Observou-se que o número de empregos gerados em Belo Horizonte foi maior do que em Minas Gerais. Ainda que tenham sido apresentados apenas os resultados do modelo de equilíbrio geral para os municípios de

4 Este resultado é composto pelos 481 empregados de Inhotim, em dezembro de 2010, e mais os 10 empregos resultantes do modelo.

5 Considerou-se uma relação de 2,12 funcionários por 1000 visitantes para se estimar o número de empregos em Inhotim no cenário 2 e somar com aqueles simulados pelo modelo.

interesse, neste caso, Belo Horizonte e Brumadinho, o modelo simulou os impactos para todos os municípios do estado. Assim, o resultado para Minas Gerais foi o impacto final para o Estado, e devido à mobilidade regional do fator trabalho, algumas cidades “perderam” trabalhadores para áreas onde ocorre um aumento da atividade econômica. Novamente a metrópole regional se revela como a mais beneficiada.

Foi realizada também uma comparação da magnitude do impacto gerado entre as variáveis PIB e emprego. Verificou-se que o impacto no emprego é maior do que o impacto sobre o PIB (por exemplo, para MG o impacto sobre o emprego foi de 0,0265% em relação a 0,0189% para o PIB). Estudos anteriores apresentaram resultados similares, ou seja, indicaram que os setores relacionados com o turismo tendem a interiorizar uma parcela menor do valor agregado regional em detrimento de uma maior absorção de mão-de-obra da região (HADDAD, 2010). Isto é explicado da seguinte forma: o território (o local) não consegue internalizar a receita turística devido a sua débil estrutura econômica, fazendo com que insumos e produtos oferecidos aos visitantes venham de outros municípios ou estados, constituindo-se os chamados “vazamentos” para fora do local ou mesmo da região. É devido a estes “vazamentos” que mesmo que o turismo seja realizado em Brumadinho, a metrópole Belo Horizonte seja a mais impactada economicamente, devido a sua proximidade a Brumadinho, traduzido por menor custo de transporte, e a força de sua economia, traduzido por uma enorme variedade de produtos e serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aglomeração de atividades ou setores complementares é especialmente favorável no caso da atividade turística, pois a satisfação do viajante depende de um conjunto de produtos e de serviços complementares. Entretanto, nem sempre no território onde se pratica o turismo a estrutura econômica é diversificada no sentido de internalizar grande parte da receita turística. Muitos dos setores econômicos que suportam a atividade turística, como agências de viagem, fornecedores de alimentos, de souvenirs, etc., estão distantes do lugar da experiência turística.

Uma demanda turística expressiva em um determinado território, ou seja, uma escala significativa no número de turistas em um destino, incentiva a aglomeração de atividades para atender o turista, mas nem todos os insumos e produtos necessários são produzidos neste determinado local. Se houver um grande centro produtor regional, ele será estimulado a produzir bens e serviços para este destino turístico e a região se beneficia.

Dependendo da consolidação do destino turístico e das políticas públicas implementadas, poderá haver uma diversificação da economia regional que absorva cada vez mais a receita derivada da atividade turística, internalizando o excedente produzido e levando a um processo cumulativo circular positivo. Por outro lado, caso a economia não se diversifique, haverá um significativo transbordamento da receita gerada para fora do território e mesmo da região, ou seja, um vazamento dos recursos de uma região para outra, ocasionando um processo cumulativo circular negativo.

No caso estudado, a proximidade a Belo Horizonte fortalece a rede de relações entre o local e a metrópole regional, ampliando e reforçando as conexões metropolitanas. Belo Horizonte se fortalece como centro hegemônico, polarizador de atividades culturais, diversificando a oferta de produtos culturais disponíveis no seu entorno, incrementando oportunidades de lazer através do turismo cultural, oferecendo os serviços necessários para receber os turistas, o que incentiva as pernoites e dinamiza toda a cadeia econômica do turismo, ou seja, aumenta a relevância de Belo Horizonte como um lugar central.

O município de Brumadinho se beneficia de maneira tímida devido a sua precária base econômica, incapaz de desencadear processos de desenvolvimento econômico local. Vale observar que Brumadinho está inserido na dinâmica descrita por Soja (2000) do crescimento dos grandes centros pela explosão e implosão de atividades, pois ao mesmo tempo em que pertence a uma área de explosão de um centro urbano, contribui para fortalecer a cadeia do turismo em Belo Horizonte.

A implantação de um museu desencadeou um processo de diversificação do sistema produtivo local e fortaleceu a economia regional. Ao definir desenvolvimento econômico como crescimento econômico e eleger o PIB como indicador, foi possível perceber que Inhotim contribuiu positivamente para a economia regional. O modelo de equilíbrio geral sinalizou resultados positivos para a economia mineira como consequência da implantação de Inhotim em Brumadinho.

A partir de uma perspectiva econômica, pode-se concluir ressaltando que a implantação de atividades turísticas em áreas próximas a centros urbanos irá favorecer a este último. Os favorecidos por um processo de desenvolvimento turístico em municípios carentes ou economicamente frágeis são os centros urbanos que possuem uma estrutura econômica diversificada e serviços diferenciados. São os lugares centrais fazendo “sombra” em sua periferia. Entretanto, numa perspectiva de longo prazo, a diversificação dos setores produtivos decorrentes do turismo, aliada a intenção dos atores locais a favor de desenvolvimento humano, promovendo

ações que levem ao incremento de capacidade das pessoas do local e a redução da pobreza, poderá contribuir para uma transformação social e econômica. É necessário que exista uma intenção de “envolvimento” social, uma vontade, traduzida em políticas e ações que possibilitem o desenvolvimento econômico, nas quais o turismo pode ser uma atividade a ser priorizada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Profa. Marly Nogueira, do Departamento de Geografia da UFMG, e ao pesquisador Caio C. S. Gonçalves, da Fundação João Pinheiro, pela leitura cuidadosa e valiosas sugestões ao artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, P. *A Cidade caleidoscópica: coordenação espacial e convenção urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOYER, M. *História do Turismo de Massa*. São Paulo: Edusc, 2003.

CASIMIRO, F. *Contribuições do turismo à economia brasileira*. Piracicaba: 2002. 220p. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. 2002.

CONSTANZA, R. *Ecological Economics: the science and management of sustainability*. New York. Columbia University Press, 1991.

DOMINGUES, E.; BETARELLI JR, A.A; MAGALHÃES, A.S. “Copa do mundo 2014: impactos econômicos no Brasil, em Minas Gerais e Belo Horizonte”. Diamantina: *Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira - UFMG/ Cedeplar*, 2010.

DOMINGUES, E.; MAGALHÃES, A.; FARIA, W. “Infraestrutura, crescimento e desigualdade: uma projeção dos impactos dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Minas Gerais”. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*. v.39, n.1, abr 2009.

FARIA, D. M.C.P. *Análisis económico del turismo desde la perspectiva de la economía ambiental y ecológica*. Alicante: Escuela Oficial de Turismo de la Universidad de Alicante, 2005.

FARIA, D. M. C. P.; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. “El cambio cultural y los museos: reflexiones a partir del Instituto Inhotim de Arte Contemporáneo”. *Investigaciones Turísticas*, [S.l.], n. 11, p. 143-164, jun. 2016. ISSN 2174-5609. Disponível em: <https://investigacionesturisticas.ua.es/article/view/2016-n11-el-cambio-cultural-y-los-museos-reflexiones-a-partir-del-instituto-inhotim-de-arte-contemporaneo>. Acesso em: 02 jun. 2019 doi: <https://doi.org/10.14198/INTURI2016.11.07>.

FARIA, D. M.C.P. *Um museu no meio do caminho: Inhotim e o desenvolvimento regional*. Curitiba: Prismas, 2017.

FLETCHER, J.E. “Input-output analysis and tourism impact studies”. In: TISDELL, Clem (ed.). *The Economics of Tourism - Volume II*. Elgar, Edward Publishing: 2000. Series: The International Library of Critical Writings in Economics. p. 70-86. Primera publicación en 1989.

FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A. J. *Economía Espacial:*

Urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo. São Paulo: Futura, 2002.

FURIÓ, E. B. *Economía, turismo y medio ambiente*. Valencia: Tirant lo Blanch, 1996.

FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HADDAD, E. A. (coord). *Estudos de impactos socioeconômicos potenciais dos investimentos do Prodetur Nacional – Rio de Janeiro*. Relatório final. São Paulo: FIPE, 2010.

HADDAD, E.; HEWINGS, G.J.D. “Especificação e implementação de modelos inter-regionais de equilíbrio geral computável”. In: DINIZ, C.C.; LEMOS, M.B. (orgs). *Economia e Território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p.485-514.

HIDALGO, M. M.. “Aspectos macroeconómicos del turismo”. In: PEDREÑO, A.(director); MONFORT, V. (coord). *Introducción a la Economía del Turismo en España*. Madrid. Civitas, 1996.

JACOBS, J. *La economía de las ciudades*. 1a. Ed. Barcelona. Ediciones Península, 1975.

KRUGMAN, P. *Geography and trade*. Cambridge, Mass. MIT, 1991.
LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

LÓPEZ PALOMEQUE, F. *El turismo en el desarrollo local y regional: aportaciones conceptuales*. Alicante: Escuela Oficial de Turismo de la Universidad de Alicante, 2003. Mimeo.

- MARTÍNEZ, A. J. *Introducción a la economía ecológica*. Madrid: Rubes Editorial: 1999.
- MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.
- OURIQUES, H.R. *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas, SP: Alínea, 2005.
- PARR, J.B. “The location of economic activity: central place and the wider urban system”. In: McCANN, P. (ed) *Industrial location economics*. Cheltenham/Northampton. Edward Elgar, 2002.
- RAMIRO, R. C. *Economia solidária e turismo: a experiência da incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva do turismo na região nordeste do Brasil*. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) -Universidade de Brasília, Brasília, 2009. 134 p.
- SCOTT, A. J. “Economic geography: the great half-century”. *Cambridge Journal of Economics*, 2000, 24, p.483-504.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Tradução Laura Teixeira Motta. 1ª. Reimpressão.
- SHARPLEY, R. “Tourism and Sustainable Development: Exploring the Theoretical Divide”. *Journal of Sustainable Tourism*, 8 (1), p.1-19. 2000.
- SIMÕES, R. *Métodos de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento*. Texto para discussão n. 259. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR. Belo Horizonte, 2005.
- SOJA, E. *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford: Blackwell, 2000.
- SOUZA, P.; GUILHOTO, J.; SILVEIRA NETO, R. *O setor de turismo na Região Nordeste: Medidas e Impactos a partir da Matriz Insumo-Produto Inter-Regional*. XI Encontro de Economia Baiana. Set. 2015.
- STORPER, M. *The regional world*. New York. The Guilford Press, 1997.
- TEBCHIRANI, F. R. *Economias de aglomeração e competitividade: o caso da indústria do turismo na cidade de Curitiba*. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.192p.
- THOMAS, A. “Meanings and views of development”. In: ALLEN, Tim; THOMAS, Alan (Ed). *Poverty and development into the 21st century*. Oxford: The Open University, 2000, p.23-48.

TISDELL, C. A. *Tourism economics, the environmental and development: Analysis and policy*. Edward Elgar, 2001.

VÁZQUEZ, B. A. *Desarrollo, redes e innovación: lecciones sobre desarrollo endógeno*. Madrid: Pirámide, 1999.

VERA, F.R.; MARCHENA, M. “El modelo turístico Español: perspectiva económica y territorial”. In: PEDREÑO, A. (director); MONFORT, V. (coord): *Introducción a la economía del turismo en España*. Madrid: Civitas, 1996.

ANEXO

O modelo de equilíbrio geral denominado IMAGEM-B (*Integrated Multi-Regional Applied General Equilibrium Model for Brazil*) foi desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional-CE-DEPLAR/UFMG. Possui uma especificação multirregional integrada, compreendendo os 27 estados do Brasil, produzindo resultados para 558 microrregiões e 5.507 municípios. O comportamento dos agentes econômicos foi modelado para os estados brasileiros e o resultado para o país são agregações dos resultados para os estados (*botton-up*). As especificações para as microrregiões e municípios são *top-down*, permitindo uma consistente desagregação dos resultados dos estados para este nível de regionalização. Desenvolvido no software GEMPACK, o IMAGEM-B é um modelo do tipo *Johansen*, no qual a estrutura matemática é representada por uma série de equações lineares e a solução é obtida na forma de variações percentuais, de acordo com modelos da escola norueguesa/australiana, tradição de modelos de equilíbrio geral no Brasil.

A especificação do modelo contém 36 setores econômicos, 4 usuários finais (famílias, investimentos, exportações e governo) e importação para cada um dos 27 estados. A base de dados representa a estrutura da economia brasileira no ano de 2003, incluindo o fluxo de comércio de bens e serviços entre os estados. O IMAGEM-B vem sendo utilizado em diferentes estudos e para os temas mais diversos (DOMINGUES et al, 2009). Os principais aspectos da estrutura teórica do modelo como também suas limitações estão disponíveis em Faria (2017) e Domingues et al (2009).